

Candidato empresário anuncia luta por participação nos lucros

O candidato a deputado federal Alemão Canhedo, do Partido de Ação Social (PAS) afirmou ontem que a regulamentação imediata do dispositivo da Constituição que prevê a participação dos empregados nos lucros das empresas será um dos seus principais objetivos na Câmara Federal, se eleito. Alemão disse que a participação nos lucros é um "passo inicial para estágios mais avançados de integração entre o capital e trabalho" e critica a ausência de parlamentares no Congresso, o que impede a discussão e votação de assuntos relevantes. Ele defende e justifica a implantação do metrô como solução para os problemas de transporte entre as cidades-satélites e o Plano Piloto e a instalação de indústrias não-poluentes na cidade, entre outros pontos.

O sr. quer a regulamentação imediata do dispositivo constitucional que garante aos empregados a participação nos lucros das empresas. O sr. é um empresário. Qual o seu objetivo?

— Este é um passo a caminho de estágios mais avançados de integração entre o capital e o trabalho, que não podem viver em conflito. Mesmo porque investidor e trabalhador constituem um só fator de produção econômica, uma função que não pode ser exercida isoladamente por um ou por outro. O retorno do socialismo ao regime de economia livre, como estamos vendo nos países do Leste Europeu, deveria corresponder ao avanço do capitalismo para uma forma mais coletiva de responsabilidade e usufruto do bem econômico, entendendo que trabalhadores e empreendedores devem ser sócios do crescimento econômico e co-participantes do desenvolvimento. E a participação nos lucros, que já está na Constituição, é o passo inicial. Precisamos apenas cuidar de sua rápida regulamentação.

O sr. é um empresário, como resolveu entrar para a política?

— A política é uma vocação do quem tem vontade de servir à comunidade e ao País. É assim que eu entendo a política. Como um dos dirigentes do grupo

Canhedo participei nos últimos anos de várias discussões com os sindicatos dos trabalhadores em torno de reivindicações dos empregados. Sempre mantive um bom diálogo, apresentei propostas que acabaram depois, quando não houve um acordo direto, referendadas pela justiça. Isto não deixa de ser política. Mas agora eu resolvi dedicar a capacidade de trabalho que sei que tenho à causa pública e me candidatei a deputado.

Os seus adversários de campanha dizem que o sr. é somente um empresário tentando entrar no Congresso para defender os interesses da classe.

— Seria muito mais fácil, se eu quisesse defender os interesses empresariais, financiar a campanha de alguém, como muitos fazem. Eu tenho repetido aos meus aliados que não preciso viver da política. Eu vou viver para a política. Para defender os interesses da sociedade e da Nação. Mesmo porque eu pretendo me eleger agora e me reeleger outras vezes e o eleitor não vai votar novamente em quem ele vê que não trabalha.

Como o sr. vê o Congresso. Acha que está preparado para participar da vida parlamentar, basicamente com uma experiência empresarial?

— Este Congresso que temos hoje, infelizmente, trabalha muito pouco. Eu acho que o Congresso é que não está preparado para me receber. Tenho 31 anos, trabalho desde os 12 anos de idade, acordo diariamente às 6h da manhã e nunca tenho uma jornada de trabalho de menos de 14 horas. O atual Congresso mal consegue se reunir, inclusive para regulamentar dispositivos fundamentais da Constituição, porque a maioria dos parlamentares trabalha.

O sr. é filiado e candidato por um pequeno partido, o PAS. Não é muito mais difícil tentar se eleger pelo PAS do que por um grande partido?

— É mais difícil, mas eu vejo muita demagogia e interesse não muito claros no meio dos grandes partidos brasileiros. Num partido como o PAS eu tenho condições de lutar por minhas ideias, aquelas que considero as mais adequadas e

tentar colocá-las em prática. Muito mais do que em um grande partido.

O sr. tem insistido na necessidade de construção de um metrô no DF. Quem vai construir o metrô?

— Eu entendo que o Governo é quem deve tomar a iniciativa de construir o metrô, um serviço social essencial. As distâncias do Plano Piloto às cidades-satélites são muito grandes para que o transporte coletivo seja feito por ônibus como hoje, em linhas que têm 30, 40 e até 50 quilômetros. Em qualquer cidade moderna este tipo de transporte é feito por trem ou metrô e no DF a solução sem dúvida é o metrô.

E como ficam as empresas de ônibus, inclusive a Viplan, que pertence à sua família?

— As empresas de ônibus cumprem as funções que devem ter: fazer pequenos percursos, inclusive alimentando os terminais do metrô, levando os passageiros desses pontos até suas casas. O que não pode é ter empresas de ônibus fazendo esses longos percursos e sem rotatividade de passageiros. A lotação que chega ao Plano Piloto é praticamente a mesma que saiu da cidade-satélite.

Mas Brasília tem as passagens de ônibus mais caras do País.

— Exatamente porque as distâncias são longas e não há rotatividade de passageiros. Se um ônibus sai do Gama com 60 pessoas, normalmente chega ao Plano com esse mesmo número. O que ocorre nas outras grandes cidades? Ao contrário do DF, há vários bairros interligados entre si e um ônibus pode sair do seu ponto original com cinco passageiros, mas chegará ao ponto final depois de 80, 100 pessoas terem entrado e saído em vários trechos. Você tem mais passageiros para dividir os custos de operação das empresas e com isto pode ter uma passagem mais barata. Dizem que o transporte coletivo do DF é um grande negócio para o empresário, mas recentemente houve uma concorrência nacional para aumentar o número de empresas e de linhas e ninguém apareceu. Se fosse um bom negócio viriam dezenas.